

DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS COMPENSATÓRIAS

- DIC, FIC E DMIC

Sumário

- 1.Contextualização**
- 2. Caso Concreto 1**
- 3. Aspectos Regulatórios**
- 4. Aspectos jurídicos**
- 5. Caso Concreto 2**
- 6. Conclusão**

Contextualização

Entendimento da Receita Federal que as despesas decorrentes de “multas regulatórias” não são dedutíveis na apuração do IR/ CSLL, porque não se coadunam com o que está disciplinado no artigo 299, do RIR, que prescreve:

Art. 299. São operacionais as despesas não computadas nos custos, **necessárias à atividade da empresa** e à manutenção da respectiva fonte produtora.

§ 1º São necessárias as despesas pagas ou incorridas **para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa.**

§ 2º As despesas operacionais admitidas **são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa.**

Caso Concreto - Light Decisão Resp. CARF

Processo: 16682.721195/2011-02

DESTAQUES DA EMENTA

- Descumprir as normas estabelecidas pelo setor elétrico não pode ser considerado da essência da atividade empresarial;
- Não se pode acatar a ideia de que o pagamento dessas sanções se insere n conceito de despesas necessárias à atividade da empresa;
- A dedução das multas administrativas resultaria em prejuízo para a sociedade brasileira, motivado pela desídia da empresa.

Caso Concreto - Light Decisão Resp. CARF

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- Uma multa decorre, em geral, de um ato ou omissão considerado antijurídico;
- Se é antijurídico não é possível defender que se trata de uma despesa operacional;
- O que mantém a fonte produtora, no caso a concessão pública, não são as multas administrativas, ao contrário, é o fiel cumprimento do contrato de concessão;
- Afirmar que descumprimentos de contrato ou não a prestação dos serviços públicos concedidos é normal ou usual é perverter a lógica contratual e o bom senso jurídico;
- É equiparar o comportamento ilícito, que origina uma multa, do comportamento lícito, que gera riqueza, agrega valor a prestação dos serviços públicos;
- Seria como, por exemplo, se admitir que as multas de trânsito aplicadas aos veículos de companhia de transporte fossem dedutíveis para efeito do IRPJ.

Parecer Normativo nº 61/79

COSIT

5. Multas por infração de lei não tributária.

5.1. O § 4º, do artigo 16, do [Decreto-Lei nº 1.598/77](#) diz respeito especificamente às multas impostas pela legislação tributária. A ele são estranhas as multas decorrentes de infração a normas de natureza não tributária, tais como as leis administrativas (Trânsito, SUNAB, etc.), penais, trabalhistas, etc.

5.2. Por refugirem ao alcance da norma específica, essas multas caem nas malhas do preceito geral inscrito no artigo 162 do RIR/75, o qual condiciona a dedutibilidade das despesas a que elas sejam necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora. Ora, é inadmissível entender que se revistam desses atributos despesas relativas a atos e omissões, proibidos e punidos por norma de ordem pública. Assim, as multas impostas por transgressões de leis de natureza não tributária serão indedutíveis.

PRODIST - Res Norm ANEEL nº 728/2016

Módulo 8 – Qualidade da Energia Elétrica

Estabelecer os procedimentos relativos à qualidade da energia elétrica - QEE, abordando a qualidade do produto e a qualidade do serviço.

- DIC = duração de interrupção individual por unidade consumidora ou por ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora;
- FIC = frequência de interrupção individual por unidade consumidora ou ponto de conexão, expressa em número de interrupções;
- DMIC = duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora;
- DICRI = duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora.

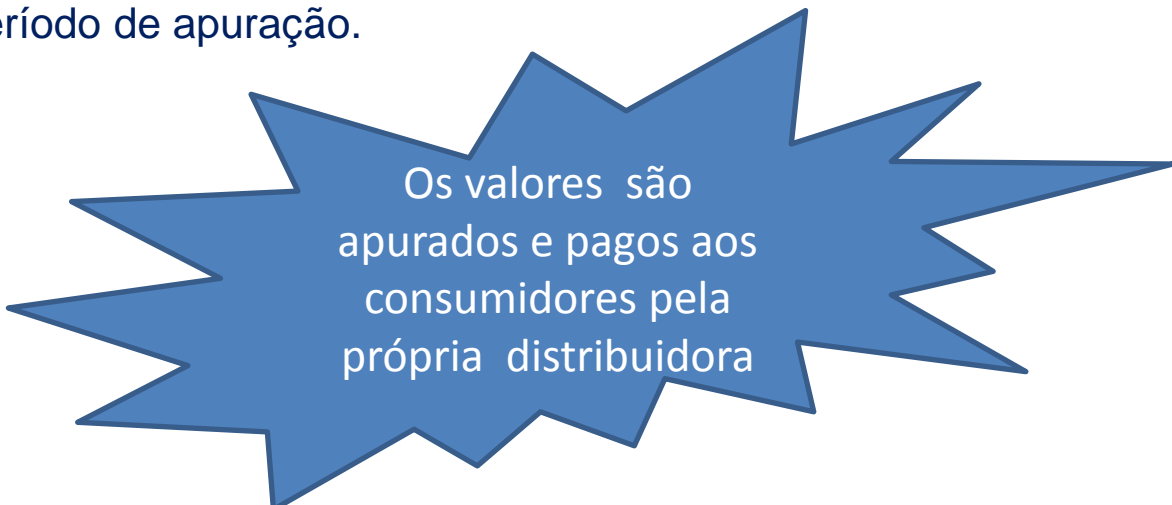
Aspectos Regulatórios

Módulo 8 – Qualidade da Energia Elétrica

SEÇÃO 8.2 - QUALIDADE DO SERVIÇO

5.11 Compensações.

5.11.1 No caso de violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC, FIC e DMIC em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a **compensação** ao consumidor acessante do sistema de distribuição, inclusive àqueles conectados em DIT, e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração.




Os valores são
apurados e pagos aos
consumidores pela
própria distribuidora

Aspectos Regulatórios

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.



Valores lançados pela
ANEEL, mediante
Termo de
Notificação.

Aspectos Regulatórios Registro Contábil

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico vigente, em seu item 7, subitem 7.2.221 - Gastos Diversos:

A penalidade classificada no resultado financeiro trata-se de multa por atraso de pagamento. **Já as penalidades decorrentes da atividade operacional, tais como DIC, FIC, DEC, FEC, Rescisão contratual, Autos de infração, multas de trânsito, etc, devem ser classificados como despesa operacional e não financeira.**

Aspectos Jurídicos

DE PLÁCIDO E SILVA (Vocabulário Jurídico) ao descrever as características da **multa compensatória**:

"Segundo o sentido do adjetivo, que qualifica a espécie, é a que se institui no contrato, representando a prévia determinação dos prejuízos, que possam advir pela **inexecução do contrato, como indenização ou pagamento**, que venha a contrabalançar o montante dos mesmos prejuízos. Estes prejuízos entendem-se as perdas e danos resultantes ou consequentes da falta de cumprimento do contrato."

Aspectos Jurídicos

Distinção entre multas compensatórias e multas sancionatórias:

STF - trecho do Agravo de Instrumento no RE nº 3.089.319:

“(...) No direito privado, temos:

- (a) a multa moratória ou sancionatória que objetiva coagir o devedor a se esforçar para não incorrer em inadimplência; e
- (b) a multa ressarcitória ou compensatória que objetiva tarifar, por antecipação, os prejuízos sofridos (perdas e danos) decorrentes do inadimplemento, evitando-se com isso os incômodos da liquidação

Decisão 2ª Turma da DRJ – Campo Grande/MS

Processo: 10580.728827/2016-27

IRPJ - DEDUTIBILIDADE DE DESPESA - MULTAS REGULATÓRIAS - DEVOLUÇÃO DO CONSUMIDOR. A multa prevista para a hipótese de descumprimento de metas de distribuição de energia elétrica ajusta-se ao conceito de despesa operacional dedutível, previsto na legislação do Imposto de Renda, sendo usual e necessária à atividade da empresa.

CSLL - DEDUTIBILIDADE DE DESPESA - MULTAS REGULATÓRIAS - DEVOLUÇÃO DO CONSUMIDOR - DEDUTIBILIDADE DE DESPESA - MULTA CONTRATUAL - A multa contratual prevista para a hipótese de descumprimento de metas de distribuição de energia ajusta-se ao conceito de despesa operacional dedutível, sendo usual e necessária à atividade da empresa.

Decisão 2ª Turma da DRJ – Campo Grande/MS

Destaques do voto:

Parecer Normativo CST nº 32/81

4. Segundo o conceito legal transcrito, o gasto é necessário quando essencial a qualquer transação ou operação exigida pela exploração das atividades, principais ou acessórias, que estejam vinculadas com as fontes produtoras de rendimentos.

5. Por outro lado, despesa normal é aquela que se verifica comumente no tipo de operação ou transação efetuada e que, na realização do negócio, se apresenta de forma usual, costumeira ou ordinária. O requisito de "usualidade" deve ser interpretado na acepção de habitual na espécie de negócio.

“No caso em exame, a multa contratual guarda correlação com a fonte produtora de rendimento da contribuinte (fornecimento de energia), além de ser usual na espécie de negócio contratado, no qual as partes buscam, com a sanção pecuniária convencionada, ressarcir-se de eventuais perdas ou danos porventura ocorridos em decorrência do descumprimento de cláusulas do acordo de fornecimento celebrado.”

Decisão 2ª Turma da DRJ – Campo Grande/MS

Destaques do voto:

“Os gastos da espécie, portanto, são de natureza operacional, habituais no tipo de negócio, e, como tal, dedutíveis na apuração do resultado. A propósito, não é diverso o entendimento externado pelo Conselho de Contribuintes, no Acórdão 1º. CC 108-07.109, assim ementado:

IRPJ - DEDUTIBILIDADE DE DESPESA - MULTA CONTRATUAL - A multa contratual prevista para a hipótese de **descumprimento de metas de distribuição de energia** ajusta-se ao conceito de **despesa operacional dedutível** previsto na legislação do Imposto de Renda, sendo **usual e necessária à atividade da empresa**. Notas de débito, corroboradas por relatórios de ocorrência de eventos, são elementos probantes da despesa incorrida.”

Caso Concreto - Coelba

Decisão 2ª Turma da DRJ – Campo Grande/MS

Crítica ao entendimento da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF:

“A citada decisão se afasta da presente situação, uma vez que não versa especificamente sobre valores ressarcidos a consumidores de energia elétrica, mas sim, pela indedutibilidade do valor pago por uma concessionária de energia elétrica, em virtude de valores de multas aplicadas em Autos de Infração pela ANEEL. Entendeu-se, naquele acórdão, que as multas aplicadas pela ANEEL à empresa distribuidora de energia elétrica são indedutíveis, por **possuírem a mesma natureza de sanções por infrações à Lei, como multas de trânsito e ambientais.**”

“Dessa forma, entendo como dedutíveis na apuração do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, os valores relativos às Multas Regulatórias - Devolução ao Consumidor, por atender às condições de necessidade, normalidade e usualidade do art. 299 do RIR/1999.”

Regulamento do IR

Art. 344. Os tributos e contribuições são dedutíveis, na determinação do lucro real, segundo o regime de competência (Lei nº 8.981, de 1995, art. 41).

...

§ 5º **Não são dedutíveis** como custo ou despesas operacionais as **multas por infrações** fiscais, **salvo as de natureza compensatória** e as impostas por infrações de que não resultem falta ou insuficiência de pagamento de tributo.

Conclusão

**Compensações
DIC, FIC, DMIC**

Não são multas
sancionatórias

São inerentes às
atividades
operacionais da
Cia.

Não se equivalem
às multas de
infração previstas
na Res. 63/04



São dedutíveis na apuração do IR/ CSLL, nos termos do art. 299 e 344 do RIR.

OBRIGADO!